



Governo do Distrito Federal
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA - IPREV/CIAR
133ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA 133ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS DO IPREV-DF

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e dez minutos, de forma híbrida, realizou-se a centésima trigésima terceira Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/IPREV-DF, instituído pela Portaria IPREV-DF nº 72/2023 como órgão responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Distrito Federal. A reunião foi coordenada pela Diretora Presidente do Iprev-DF, Raquel Galvão Rodrigues da Silva, e secretariada por mim, Yara Gomes da Silva Costa, Secretária Executiva dos Conselhos. Houve a participação dos seguintes Membros Representantes do IPREV-DF: Raquel Galvão Rodrigues da Silva e Thiago Mendes Rodrigues; e dos seguintes Membros Representantes do Governo: Márcio Augusto Almeida Ferreira, representante da Casa Civil do DF; Marco Antônio Lima Lincoln e Alexandre de Araújo Martins, representantes da Secretaria de Estado de Economia do DF. E na condição de convidados: o Chefe de Controladoria, Sr. Maurílio de Freitas; o Diretor de Previdência, Sr. Pedro Henrique Araújo Gabini; o Diretor Jurídico, Sr. Luiz Gustavo Muglia; o Analista Previdenciário, Sr. Marcos Robério Vieira Ferreira; a Assessora Especial da Presidência, Sra. Anny Caroline Alves de Oliveira; Registre-se que o material compilado apresentado na presente reunião foi encaminhado previamente ao Comitê e inserido no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21. Havendo quórum legal, a reunião foi declarada aberta pela Coordenadora do Comitê, que, após a leitura da Convocatória, passou para o primeiro item da pauta: **Item I – Apresentação da Conjuntura Econômica (junho/2025)**. Com a palavra, o Diretor de Investimentos, Sr. Thiago Mendes Rodrigues, que apresentou o Relatório Mensal de Investimentos, iniciando pela análise do Cenário Macroeconômico Internacional. Ele informou que, nos Estados Unidos, permanece a estabilidade da taxa de juros, apesar da pressão exercida pelo Presidente norte-americano por uma redução mais agressiva. Destacou que o FED tem mantido sua coerência na condução da política monetária, priorizando o controle da inflação, ainda que esta já apresente sinais de recuo. Explicou que a inflação corrente é reflexo das políticas adotadas nos últimos seis meses, e que o impacto das decisões atuais deverá ser observado mais adiante. O Sr. Thiago comentou também o agravamento dos déficits fiscais americanos e o crescimento da dívida pública, que, embora ainda sob controle, impõem desafios relevantes à economia do país. Ele apresentou dados sobre as curvas de juros norte-americanas, que demonstraram estabilidade, com taxas mais longas remunerando mais, comportamento considerado padrão. Em seguida, trouxe a projeção da CME FedWatch Tool, indicando expectativa de manutenção da taxa de juros na reunião de julho, com possibilidade de redução gradual a partir de setembro. O Diretor de Investimentos apresentou gráficos do índice S&P 500, que passou por correção no início do ano e vem apresentando retomada gradual, e do índice DXY, que demonstra tendência de queda do dólar frente a outras moedas. Em seguida, ele abordou o Cenário Macroeconômico Nacional, com base no Boletim Focus de 20 de junho, destacando que a inflação projetada para 2025 está em 5,24%, acima da meta de 3%, o que justifica a manutenção da taxa Selic em níveis elevados. O Sr. Thiago mencionou que a expectativa é de que a Selic se mantenha em 15% até o fim de 2025, e em patamares acima de 10% nos anos seguintes. Apontou

que a inflação acumulada no ano alcançou 5,32%, com destaque para o mês de fevereiro, considerado de forte pressão inflacionária. Ele ressaltou o papel da política monetária e a importância da independência do Banco Central, bem como os desafios gerados por medidas fiscais recentes, como a tentativa de alteração no IOF. Destacou ainda a volatilidade cambial, com o dólar atingindo R\$6,30 em determinado momento e oscilando em torno de R\$5,40. Explicou que a perda de controle cambial compromete diretamente o controle da inflação percebida. O Diretor de Investimentos apresentou a curva de juros brasileira, comparando os cenários de janeiro a junho, demonstrando encurtamento nos vencimentos longos e aumento nos vencimentos mais curtos, comportamento considerado atípico. Mostrou também a evolução da taxa Selic desde 2022, que atingiu 15% e tem se mantido em patamar elevado. Por fim, apresentou a evolução do IBOVESPA em relação ao fluxo de capital externo, ressaltando que aproximadamente 60% a 70% das movimentações do índice estão atreladas a investidores externos. Ele comentou que, apesar do cenário ainda ser de forte especulação, há boas perspectivas de valorização futura caso se confirme um ciclo consistente de queda na taxa de juros. Ao final, o Sr. Thiago Mendes ressaltou que estar alocado em títulos indexados à inflação (NTN-B) no momento atual é vantajoso, e que o fechamento da curva de juros poderá abrir oportunidades relevantes para superação das metas estabelecidas, tanto em CDI quanto em IPCA+ taxa real, especialmente no horizonte de 5 a 10 anos. Não havendo manifestações de dúvidas, o Diretor de Investimentos prosseguiu para a apresentação do **item II – Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos (maio/2025)**. O Sr. Thiago iniciou a apresentação dos resultados do Fundo Solidário Garantidor (FSG), informando que o fundo alcançou, em maio, o montante de R\$ 4.415.193.903,43 (quatro bilhões, quatrocentos e quinze milhões, cento e noventa e três mil, novecentos e três reais e quarenta e três centavos.), com rentabilidade no mês de R\$ 70.050.991,80 (setenta milhões, cinquenta mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta centavos.) e acumulado no ano de R\$212.606.952,73 (duzentos e doze milhões, seiscentos e seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos.). Esclareceu que o resultado positivo se deu em quase todas as alocações, com destaque para os fundos de investimento no exterior, fundos imobiliários e BDRs, cujos ganhos foram impulsionados, sobretudo, por correções no mercado internacional ocorridas no início do ano, embora tais correções já estivessem começando a se reverter no último mês. Em seguida, ele demonstrou a distribuição da carteira por classe de ativo, destacando forte alocação em renda fixa, com predominância de fundos que operam títulos públicos – IRFM, IRFM1, e títulos marcados na curva e a mercado. Ressaltou que, em relação a dezembro de 2024, houve uma significativa realocação de títulos públicos marcados a mercado para CDI, estratégia motivada pela busca de maior liquidez e menor volatilidade, considerando o CDI elevado (em torno de 15%) e isento de tributos no âmbito do RPPS. Sobre o risco, informou que os fundos da carteira estavam classificados como de risco baixo. Em relação à liquidez, aproximadamente 95% da carteira apresentava liquidez alta ou muito alta, com apenas pequena parcela (em torno de 6%, equivalentes a cerca de R\$300.000.000,00) composta por títulos públicos marcados a mercado, considerados líquidos, mas não solventes nos termos originais de compra. Quanto às operações autorizadas pelo Comitê para o mês de maio, apresentou as seguintes movimentações: resgate de aproximadamente R\$83.420.815,74 (oitenta e três milhões, quatrocentos e vinte mil, oitocentos e quinze reais e setenta e quatro centavos) de títulos públicos, realocados em fundos CDI, e resgate de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de fundo de investimento no exterior (BB Global Select, CNPJ: 17.413.636/0001-68), igualmente realocados em CDI. O Diretor de Investimentos informou que não houve mudanças significativas nos quadros de gestores, administradores, distribuidores e custodiantes, permanecendo como principais instituições o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco, o Itaú e o Tesouro Nacional. Sobre a rentabilidade, destacou que o FSG apresentou desempenho acima da meta. A rentabilidade do mês foi de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), frente a uma meta de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), acumulando 5,59% (cinco inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento) no ano, ante meta de 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos por cento). Na sequência, o Sr. Thiago apresentou os dados do Fundo Capitalizado, que encerrou o mês com patrimônio de R\$1.708.349.079,16 (um bilhão, setecentos e oito milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setenta e nove reais e dezesseis centavos), rendimentos de R\$20.283.834,63 (vinte milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos) no mês e R\$81.588.419,65 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos) acumulados no ano. Destacou-se que, ao contrário do FSG, esse fundo está fortemente alocado em títulos públicos marcados na curva, que compunham cerca de 70% da carteira. A alocação se manteve concentrada em renda fixa, sem alterações relevantes nos demais segmentos. O Diretor de Investimentos apresentou os dados de liquidez,

informando que mais de 95% da carteira possuía liquidez alta ou muito alta, e que os fundos investidos, tanto de renda fixa quanto de renda variável, eram classificados com risco baixo. Sobre as movimentações do mês, relatou-se a realocação de aproximadamente R\$ 3.900.252,41 (três milhões, novecentos mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), de fundos com exposição ao IBOVESPA, BB Ibovespa Ativo, CNPJ: 00.822.059/0001-65, para ativos indexados ao CDI e pré-fixados, como o IRFM1, Itaú Institucional IRF-M1 Resp Limitada, CNPJ: 08.703.063/0001-16, em razão da baixa performance dos primeiros. Ele informou que não houve aquisição de novos títulos no mês, sendo os recursos mantidos em CDI. Em relação aos principais gestores e custodiante, destacou a prevalência do Tesouro Nacional, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Itaú. Ele comentou que o Fundo Capitalizado ainda está em processo de crescimento, com forte entrada de recursos, e a expectativa é de que alcance R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) no segundo semestre, possivelmente antes do final do ano. A rentabilidade acumulada até maio foi de 5,52% (cinco inteiros e cinquenta e dois décimos por cento), superando a meta de 4,95% (quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento). O Sr. Thiago mencionou que, até abril, a meta ainda não havia sido alcançada, mas a performance de maio permitiu ultrapassá-la. Comentou-se também que essa rentabilidade se refere apenas ao retorno sobre os investimentos e não deve ser confundida com a evolução patrimonial, uma vez que este também é influenciado pelas contribuições e pagamentos realizados no período. Durante a apresentação, o Sr. Marcos Robério sugeriu que, futuramente, os relatórios incluam um quadro específico que separe claramente os efeitos da rentabilidade e das contribuições na evolução patrimonial, o que facilitaria a análise da efetividade dos investimentos, especialmente em relação à sustentabilidade do plano previdenciário. Ao final, o Diretor de Investimentos apresentou o consolidado dos fundos sob gestão: o FSG com R\$ 212.606.952,73 (duzentos e doze milhões, seiscentos e seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos) de rentabilidade nominal, o Fundo Capitalizado com R\$81.588.419,65 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos), ambos com metas superadas, e os demais fundos – Financeiro e Administrativo – sem metas específicas, mas com desempenho dentro do esperado, de: R\$ 6.915.102,02 (seis milhões, novecentos e quinze mil cento e dois reais e dois centavos) para o Fundo Financeiro e R\$ 643.498,06 (seiscentos e quarenta e três mil quatrocentos e noventa e oito reais e seis centavos) para o Fundo Administrativo. Ressaltou-se que, nos cinco primeiros meses do ano, o total de rendimentos das alocações foi de aproximadamente R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Em **Apresentação e deliberação da Estratégia de Investimentos para julho/2025, item III** da pauta, o Sr. Thiago apresentou, inicialmente, as propostas de mandato para o Fundo Solidário Garantidor (FSG), informando que o foco continuava sendo a redução da exposição a títulos públicos federais marcados a mercado, com previsão de venda de até R\$ 200 milhões desses ativos, além da realocação de aproximadamente R\$ 50 milhões de fundos com exposição ao exterior para renda fixa nacional, preferencialmente em CDI, IRF-M1 e DKPRE. Para o Fundo Capitalizado (FC), foi informada a manutenção dos parâmetros adotados na reunião anterior. O Diretor de Investimentos destacou que o fundo se encontra fortemente alocado em CDI, sendo o objetivo, neste momento, aguardar melhores oportunidades de alocação, tendo em vista que a curva de juros permanece elevada, com expectativa de queda apenas a partir de julho de 2026. As estratégias apresentadas incluíram: I) Compra de títulos públicos com vencimento até 2050 – R\$ 100 milhões; II) Realocação de renda variável para renda fixa nacional – R\$ 15 milhões; e III) Realocação de fundos de investimento no exterior para renda fixa nacional – R\$ 15 milhões, totalizando R\$ 130 milhões dos R\$ 150 milhões autorizados. Durante a apresentação, o Sr. Marcos levantou questionamento sobre o fundo utilizado para aplicação no curto prazo no FC, sendo informado pelo Sr. Thiago que os recursos permanecem majoritariamente em fundos referenciados CDI, com liquidez diária. O Diretor de Investimentos apontou que, no mês de junho, a maior parte das movimentações previstas não foram executadas em razão da ausência de taxas atrativas, especialmente no FC. Com isso, a única operação efetivada foi a realocação de recursos do exterior para renda fixa nacional. No FSG, por sua vez, o Sr. Thiago informou que aproximadamente 80% das movimentações autorizadas foram executadas, com destaque para a venda parcial de títulos públicos e alocação em CDI, bem como a realocação de fundos com exposição ao exterior. O Sr. Marco Antônio Lincoln indagou se a apresentação do relatório de análise comparativa de maio, prevista na pauta, não deveria ter precedido a deliberação das estratégias. Em resposta, a Sra. Raquel informou que a análise será realizada na próxima reunião, contemplando os dados consolidados de maio e junho. A Sra. Raquel sugeriu que o Sr. Márcio encaminhasse ao grupo do Comitê uma proposta de layout para o relatório comparativo, de modo a uniformizar o modelo de apresentação. O Sr. Márcio concordou e se prontificou a fazê-lo. Quanto ao mandato do FSG, foi aprovada a proposta

apresentada, com alteração da alocação originalmente prevista de R\$50 milhões em fundos do exterior para R\$100 milhões, a fim de ampliar a flexibilidade da gestão frente às oportunidades de mercado. Seguidamente, Thiago devolveu a palavra à Sra. Raquel, que encaminhou as estratégias apresentadas de cada um dos Fundos para votação. Após o esclarecimento de todas as dúvidas, as Estratégias foram aprovadas, por unanimidade. Em seguida, a Coordenadora do Comitê passou para o **item IV – Apresentação de relatório de análise comparativa - maio/2025** que foi adiado para a próxima reunião, ocasião em que o relatório será apresentado. Seguidamente, em pauta o **item V: Prorrogação do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP ME II**: Outra vez com a palavra, o Sr. Thiago informou que a prorrogação do prazo de duração do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP ME II foi aprovada em Assembleia de Cotistas. O Iprev-DF participou da referida Assembleia, mas optou por não apresentar voto, uma vez que a proposta não foi previamente submetida à deliberação do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR). Destacou que essa posição foi registrada em ata, com o esclarecimento de que a ausência de manifestação se deu pela inexistência de análise colegiada prévia. A proposta aprovada consistiu na segunda prorrogação do fundo, cujo novo prazo se estende até 12 de junho de 2026, tendo como justificativa a dificuldade de alienação dos ativos que o compõem, entre eles ações e participações em empresas com baixa liquidez. A medida visa possibilitar a saída desses ativos em condições mais favoráveis de mercado, de modo a evitar perdas no desinvestimento. Ainda conforme relato do Sr. Thiago, constam na ata da Assembleia registros de votos enviados por sete cotistas que não participaram da reunião, sendo que três deles solicitaram a inclusão de observações adicionais em anexo. Outros seis cotistas participaram da reunião e já haviam formalizado seus votos por escrito. Um cotista não apresentou manifestação e outro declarou possível conflito de interesses. Foi também relatado que houve debate entre os cotistas quanto à cobrança de taxa de administração sobre ativos que já possuíam gestores próprios, como ações listadas em bolsa, o que gerou discussões sobre a atuação da gestora. Apesar das divergências, a proposta de prorrogação foi aprovada pela maioria dos cotistas. No **item VI: Leitura e deliberação da errata relativa à ata da 117ª Reunião Ordinária**, foi apresentada ao colegiado proposta de errata à ata da 117ª Reunião Ordinária, a partir de solicitação do Diretor de Investimentos, Sr. Thiago Rodrigues, com o objetivo de ajustar o registro de sua manifestação durante as discussões sobre os mandatos do Fundo Solidário Garantidor (FSG). A leitura do texto proposto foi realizada pela Sra. Yara. Durante a leitura, os membros do Comitê manifestaram dúvidas quanto à existência de posicionamento formal da Secretaria de Previdência nos termos relatados, bem como quanto à precisão de determinados trechos do texto proposto. A Sra. Raquel ponderou que não havia, até aquele momento, qualquer manifestação formal da Secretaria sobre o tema e que tampouco havia previsão legal específica sobre a matéria. Também ressaltou que o entendimento externado pelo diretor Thiago já havia sido debatido anteriormente no Comitê. Considerando os questionamentos levantados, foi acordado que a deliberação sobre a errata seria adiada para a próxima reunião, a fim de que o proponente tenha oportunidade de reavaliar o texto à luz da gravação da reunião anterior e, se necessário, reapresentar nova sugestão. A Sra. Raquel esclareceu que, em caso de aprovação posterior da errata, esta será registrada como emenda à ata, sem modificação do documento original. Ela também informou que, por não se tratar de deliberação sobre investimento, a emenda não será encaminhada à Secretaria de Previdência, mas apenas publicada no site institucional. Na sequência, no **item VII Informes Gerais**, a Sra. Raquel informou que, conforme deliberado anteriormente, será realizado novo credenciamento de gestores e administradores ainda no exercício de 2025. Destacou que o modelo atualmente adotado será revisto, em virtude de apontamentos feitos em auditoria e da necessidade de adaptação às exigências do nível 4 de governança. Ela mencionou que o formato de credenciamento contínuo, adotado por outros RPPS, poderá ser uma referência para a nova sistemática, e que a proposta será apresentada ao colegiado oportunamente. A Sra. Raquel também informou que o Iprev-DF participou de Assembleia Geral Extraordinária do BRB realizada em 1º de julho de 2025 às 10h, para deliberar sobre a alteração do artigo 13 do Estatuto Social, em decorrência do aumento do capital social. Como cotista, o Instituto acompanhará a decisão e comunicará os desdobramentos ao CIAR. A Diretora Presidente lembrou que o Banco Master já havia solicitado credenciamento anteriormente, mas não teve sua habilitação concluída por ausência de documentação. O Sr. Thiago apresentou informe acerca de tratativas em andamento no âmbito do CONAD sobre dois imóveis pertencentes ao Instituto, localizados no Polo JK. Informou que foi realizada consulta à SEDUH acerca da viabilidade e destinação dos referidos bens, tendo sido esclarecido que o órgão não elabora projetos urbanísticos, apenas os avalia, e que não há diretriz de macrozona urbana definida para a área. Assim, embora seja possível parcelar o solo e desenvolver projeto

urbanístico, tais providências dependem de iniciativa e custeio por parte do responsável pelo empreendimento. Destacou que o tema seguirá sendo tratado junto ao CONAD, com previsão de interlocução institucional com a SEDUH. Em conclusão, a Sra. Raquel comunicou que o relatório final da auditoria solicitada pela Câmara Legislativa, com foco nos processos de credenciamento e investimento no período de janeiro de 2021 a março de 2024, será compartilhado com o CIAR assim que for oficialmente disponibilizado. Ressaltou que o processo segue em andamento e que, nesse momento, a divulgação parcial poderia ser prematura. Por fim, não havendo quaisquer outros assuntos a tratar, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, a sessão foi encerrada às dezessete horas e quatro minutos, e eu, Yara Gomes da Silva Costa, na qualidade de Secretária Executiva dos Conselhos, atuante na Secretaria Executiva dos Conselhos, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21, para ser assinada eletronicamente pelos Membros presentes na reunião e publicada sítio oficial do IPREV-DF.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE DE ARAUJO MARTINS - Matr.285804-5, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 21/07/2025, às 20:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDES RODRIGUES - Matr.0283130-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 25/07/2025, às 10:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO AUGUSTO ALMEIDA FERREIRA - Matr.1715949-0, Membro do Comitê de Análise de Risco suplente**, em 25/07/2025, às 10:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO LIMA LINCOLN - Matr.0046341-8, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 25/07/2025, às 11:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GALVAO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0283987-3, Coordenador(a) do Comitê de Análise de Risco**, em 28/07/2025, às 12:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=174666113)
verificador= **174666113** código CRC= **EEBF863E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS QUADRA 09 EDIFÍCIO PARQUE CIDADE CORPORATE - TORRE B - 1º ANDAR - Bairro Asa Sul - CEP -
Telefone(s):
Sítio - www.iprev.df.gov.br